



## RESENHA

### **POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* EM EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS SOBRE AVALIAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIZAÇÃO**

**Mirian Folha de Araújo Oliveira<sup>1</sup>**

A obra de que trata esta resenha discorre acerca do conceito de *accountability* e sua relação com o campo educacional, destacando que o termo sofreu alterações ao “ser incluído em agendas de cariz neoliberal” (p. 17) sendo, portanto, um conceito que se encontra em permanente expansão.

Os autores, doutores em educação, são pesquisadores com grande contribuição na área educacional especialmente, nas áreas de avaliação, gestão e currículo. *Elton Luiz Nardi* possui doutorado em educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pós-doutorado pela Universidade do Minho - Portugal. *Marilda Pasqual Schneider* também é doutora em educação, com pós-doutorado em política educacional pela Universidade do Minho, Portugal. Ambos são professores titulares do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

Na apresentação da obra, os autores destacam as alterações nos modos de regulação do Estado sofridas pelos sistemas educativos de vários países a partir das diversificadas medidas políticas e administrativas por eles implementadas. Apontam que, no bojo dessas alterações, encontram-se objetivos e conteúdos educacionais controlados pelo mercado.

O livro é dividido em três capítulos. No primeiro, denominado *Novas formas de regulação e gestão educacional: a ação do Estado*, os autores destacam um conjunto de tendências nos modos contemporâneos de regulação das políticas públicas, quais sejam: autonomia ampliada das escolas; equilíbrio entre centralização e descentralização; crescimento da avaliação externa e em larga escala dos estabelecimentos e do sistema

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: mirian.uespi@outlook.com.

escolar; e promoção ou flexibilização da escolha da escola pelos pais e diversificação da oferta escolar e aumento da regulação de controle do trabalho de ensino (p. 29). Enfatizam que essas tendências impõem à escola o desafio de sua recriação, enquanto espaço público de decisões coletivas o que, de acordo com os autores, requer protagonismo da comunidade escolar, extrapolando a visão, equivocada, que lhe atribui caráter pretensamente neutro e de subordinação à lógica de “obrigação por resultados e desempenhos” (p. 41).

No segundo capítulo são apresentados os elementos para o debate teórico-conceitual da *accountability*. Visto a partir da lógica político-administrativa da esfera pública, o tema contempla, segundo Schneider e Nardi (2019), duas vertentes distintas. De um lado, o direito de que aconteça a prestação de contas e, de outro, o dever da prestação de contas do que lhe foi cobrado. Consoante destacam os autores, no campo educacional o conceito também remete à ideia de prestação de contas quando desafia as escolas a serem responsáveis pelos seus resultados. Como o termo é originário da área da administração, a visão da *accountability* educacional passa também pela iniciativa de conseguir bons resultados com “a máxima eficiência e o menor desperdício de recursos públicos”. (p. 66)

No novo lugar que lhe é reservado, uma política de *accountability* requer, segundo os autores, “a definição de objetivos educacionais claros e ambiciosos bem como mecanismos para medir seu alcance e a adoção de recompensas pelo sucesso ou de medidas corretivas quando as metas não forem atingidas. (p. 66). Aqueles que defendem essa perspectiva, o fazem por associar o conceito à avaliação. Nessa direção, os organismos multilaterais consideram a *accountability* extremamente importante para melhorar os sistemas educacionais, sugerindo inclusive em seus relatórios a criação de indicadores para medir e avaliar o rendimento dos alunos, apontando, consoante os autores, “a descentralização como requisito primordial para se obter a eficiência educacional”. (p. 69) Visão esta que, segundo destacam os autores, reforça o projeto hegemônico de sociedade em que a educação

subordina-se às demandas do capital.

O terceiro capítulo trata da *accountability* na educação brasileira, destacando as confluências, especificidades e questões acerca de um modelo. Como introdução, são destacadas algumas notas acerca da *accountability* na agenda da América Latina cuja referência tem sido o Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal), mantido pela OCDE, com apoio do Banco Mundial. Conforme destacam os autores, este Programa tem como objetivo anunciado a promoção da melhoria da qualidade do ensino em países latino-americanos e caribenhos introduzindo, para isso, o monitoramento de políticas públicas na área da educação.

Acerca da atuação do Preal, os autores enfatizam que, num período de três anos, de 1998 a 2001, foram publicados dois relatórios sobre as deficiências das escolas latino-americanas e caribenhas. Esses dois relatórios servem de base para a compreensão do “que significaria para os países a instituição de uma política de *accountability* educacional na região” (p. 80).

Uma das maiores dificuldades apontadas no segundo relatório e informadas pelos autores na obra se refere justamente ao baixo rendimento dos estudantes nas avaliações nacionais e internacionais, quando comparados com os de outras regiões do mundo. Ao constatar essa deficiência, a Comissão do Preal teria, segundo os autores, reiterado o chamado àqueles envolvidos no processo educacional a estarem mais atentos quanto ao cumprimento dos compromissos políticos assumidos pelos países em 1998.

Destacam, ainda, que o Programa reforça a necessidade de se estabelecer um padrão de qualidade, envolvendo conteúdo e desempenho para que se tenha clareza do que cobrar dos estudantes em cada etapa escolar; que as informações sejam confiáveis; e, por fim, que se identifique e retribua os bons resultados, ao mesmo tempo, em que se preveja uma forma de auxílio às escolas que precisam melhorar.

Os autores concluem a obra, destacando elementos de *accountability* presentes na política nacional de avaliação da educação básica brasileira. Afirmam haver semelhanças entre os países da América Latina no tocante ao



*modus operandi* das medidas adotadas em relação às dimensões da *accountability* (avaliação, prestação de contas e responsabilização), destacando que falta ao Brasil uma política de avaliação de médio e longo prazo.

Ao tratar do tema da *accountability* educacional, apresentando objetivos claros e ambiciosos, a obra enriquece o debate atual constatando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema especialmente, na sua relação com o campo educacional. Constitui, desse modo, leitura obrigatória a pesquisadores e estudantes de pós-graduação cujos temas de interesse de investigação possuem aderência com o campo das políticas nacionais e internacionais de avaliação educacional em larga escala.

## **Referências Bibliográficas**

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **Políticas de *accountability* em educação**: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí: Unijuí, 2019. 120 p.